



***Mundo rural amazônico: desenvolvimento sustentável,
associativismo e uso dos recursos naturais da floresta
amazônica***

Raquel Wiggers

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social /Museu
Amazônico/UFAM

MANAUS

2009

Mundo rural amazônico: desenvolvimento sustentável, associativismo e uso dos recursos naturais da floresta amazônica

Resumo

A proposta deste projeto é investigar as formas de atuação política dos povos tradicionais que vivem no município de Novo Airão, no estado do Amazonas, com relação às exigências atuais de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável. O foco da pesquisa são as associações de moradores ou de produtores do município e suas relações com instituições governamentais e ONGs.

Identificação da Proposta

A proposta deste projeto é analisar formas de atuação política dos povos tradicionais que vivem no município de Novo Airão, no estado do Amazonas, com relação às exigências atuais de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável. O foco da pesquisa são as relações entre organizações locais, como associações comunitárias, de moradores, de produtores, sindicato de trabalhadores rurais, colônia de pescadores, cooperativas de beneficiamento de matérias-primas, organizações não governamentais, como a Fundação Vitória Amazônica – FVA – a Fundação Amazônia Sustentável – FAS – e instituições governamentais, como INCRA, IBAMA, IPAAM, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

A partir dos fins da década de 1980 os estudos sobre mundo rural passaram a ser orientados por mais um referencial: a relação das populações humanas com o meio ambiente. O enfoque no meio ambiente somou-se a questões importantes como conflitos pelas terras, dicotomia entre o campo e a cidade, êxodo rural, territorialidade. A noção de ambiental tornou-se valor universal nos parâmetros da atualidade.

Na Amazônia as preocupações ambientais estão na pauta do dia e os olhares do mundo todo se voltam para as questões referentes à maior floresta tropical do planeta. No ensejo desta pauta, desde a década de 1980 foram criadas reservas ambientais, federais e estaduais, no esforço de preservação

da floresta amazônica. A criação das reservas ambientais, unidades de conservação, reservas extrativistas, reservas biológicas, parques ambientais foi embalada por discussões sobre a compatibilidade entre presença humana e preservação ambiental¹. Vencida esta fase, foram criadas diversas unidades de conservação e reservas ambientais de uso sustentável, onde se permitiu a presença humana desde que seus modos de vida se adequassem aos modos de produção tradicional².

A intensificação de políticas estatais concernentes à preservação do meio ambiente, entre os anos 1970 e o final do século XX, modificou a dinâmica territorial na Amazônia. E estas mudanças exigiram dos povos amazônicos que se dedicam a atividades rurais um posicionamento político frente ao Estado de forma diversa àquela que vinham atuando. Houve um movimento social e político de reivindicação de terras e de uso e apropriação de recursos naturais. Este movimento reflete na forma de organização familiar, espacial, territorial e na produção econômica desses agentes sociais.

Esse processo de ambientalização dos conflitos (Leite Lopes; 2004), aqui entendido como a intensificação dos dispositivos legais e medidas concernentes à conservação ambiental e mudanças nas relações de interesses e reivindicações referentes à política ambiental, é constituído por diversos agentes e agências. No ensejo deste processo esta pesquisa propõe analisar como se configuram as relações sociais entre as agências e agentes que se relacionam com a implementação e conseqüências das políticas ambientais no município de Novo Airão, no estado do Amazonas. As agências e agentes em questão são as associações locais, sindicato de trabalhadores rurais, colônia de pescadores, cooperativas de beneficiamento de matérias-primas; organizações não governamentais e as instituições governamentais (INCRA, IBAMA, IPAAM, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Estadual de Meio Ambiente).

O município de Novo Airão, no estado do Amazonas, apresenta a peculiaridade de ter aproximadamente 53,96%³ do seu território coberto por

¹ Para aprofundar esta questão ver Mauro Almeida, Diegues, Paul Little.

² A definição do conceito de *povos tradicionais* – ou *populações tradicionais* – surge no ensejo desta discussão primordialmente política, de definição dos direitos de grupos humanos de viverem nas terras que tradicionalmente ocuparam e trabalharam. Sobre esta discussão ver Almeida (2006) e Little (2000)

³ Para mapas e maiores explicações a respeito ver MENEZES (2008: 30).

Unidades de Conservação⁴. Além disso, foi em Novo Airão onde foi criada na década de 1980, uma das primeiras reservas ambientais brasileiras, o Parque do Jaú, inspirada nos modelos norte americanos, que não permitia a presença humana na área do parque. As unidades de conservação impõem uma nova dinâmica à apropriação dos recursos naturais e estabelece restrições à prática da pesca e caça nas unidades de uso sustentável, e proíbe a presença de pessoas e a extração de qualquer produto natural nas unidades de proteção integral.

Qualificação do principal problema a ser abordado:

A apropriação e do uso dos recursos naturais pelos povos tradicionais da Amazônia, os seus respectivos significados, regulamentações e implementações legais de mecanismo normativos de proteção ambiental são os pontos principais desta pesquisa. Percebemos diferentes posicionamentos teóricos e políticos com relação ao trabalho na terra e usos dos recursos naturais pelos moradores de áreas rurais e de floresta, vale ressaltar duas perspectivas: a preservacionista e o socioambientalista.

O modelo de preservação ambiental calcado na criação de unidades de conservação caracteriza uma política estatal hegemonicamente preservacionista e implica na “criminalização” de atos corriqueiros e fundamentais (Arruda, 1999:84) para a reprodução sociocultural das comunidades submetidas a tais políticas. O crescimento do estabelecimento de novas áreas protegidas, a partir da década de 1970, produziu um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas visto que a maioria dessas áreas eram de proteção integral, o conflito da sobreposição foi solucionado, pelos

⁴ De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000). As unidades de conservação dividem-se em dois grupos, com características específicas. As Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. E as Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

preservacionistas, com a expulsão dos habitantes de “seus” novos territórios, mediante indenização ou por reassentamento compulsório (Little; 2002).

Para Arruda (1999:86) a tentativa de solucionar os problemas de sobreposição de áreas esbarra na ineficácia da ação repressiva, nas dificuldades de fiscalização, nos problemas sociais decorrentes da expulsão das populações e disseminação do significado das políticas ambientais como políticas repressivas e contrárias ao interesses das populações locais.

Em decorrência da existência e gravidade desses conflitos que já não podiam ser ignorados, em meados da década 1980, outra vertente do movimento ambientalista, a socioambientalista se destaca na esfera política da sociedade civil. Segundo Little (2002:17), houve um notável aumento da visibilidade e do poder político dos movimentos sociais e organizações não governamentais, e os povos tradicionais que não estavam alheios a este processo a ele rapidamente se incorporaram, o que transformou de forma fundamental suas lutas territoriais.

Aqui constam ações como o estabelecimento de associações locais, a emergência de movimentos sociais regionais e nacionais que promoveram seus interesses, sua articulação política com ONGs que possuíam interesses ou estratégias afins e a subsequente colaboração conjunta em campanhas e outras atividades políticas (LITTLE, 2002: 18).

As ONGs emergem não apenas representando e materializando o próprio movimento ambientalista, mas aliando conservação ambiental e melhoria das condições de vida das populações locais (Arruda; 1999), o que na prática pode ser percebido na criação e desenvolvimento de projetos de manejo coletivo de recursos naturais que viabilizam a implantação de sistemas alternativos de produção para as populações que se inserem numa nova dinâmica que regula a apropriação e uso dos recursos naturais. No que se refere à implantação de projetos de manejo, as ONGs também podem atuar como mediadoras nas negociações entre os órgãos governamentais e as ditas “populações tradicionais”. Todavia podem estabelecer relações de dependência que com a retirada da ONG e seus respectivos projetos torna inviável e insustentável as produções alternativas anteriormente fomentadas (Quinjano, 2002).

As alianças, negociações e a própria sociedade civil organizada (sob a forma de ONGs, sindicatos, cooperativas, colônias) caracteriza uma demanda política que representa interesses diferenciados. E segundo Paul Little (2002: 22) são essas novas possibilidades de alianças como esses setores que atuam em âmbitos locais, regionais, nacionais e internacionais que ampliam, correspondentemente, as formas de atuação política dos povos tradicionais.

Em paralelo e respaldando os discursos das agências, temos conceitos que necessitam discussão: o conceito de desenvolvimento sustentável (Lins, 1992; Little, 2002), o uso indiscriminado do conceito de “população tradicional” e a necessária sociogênese do termo (Barreto Filho, 2006), devido principalmente a atual incorporação do vocábulo no léxico dos organismos governamentais e a materialização do mesmo nos dispositivos normativos referentes ao meio ambiente (convenção 169, decreto 6040, SNUC). Neste ensejo, debates sobre as possibilidades de configurações das noções de territorialidade, povos e grupos sociais, uso de recursos e manejo coletivo da natureza, fazem-se essenciais.

Este projeto será desenvolvido no município de Novo Airão, e a associação de produtores de artesanato de arumã, que utiliza matéria prima retirada da reserva ambiental, é uma das instituições a serem pesquisadas. Existem restrições acerca dos locais onde os sócios da AANA podem colher arumã, matéria prima para confecção de cestos e jiraus, o que exige dos artesãos uma associação organizada politicamente. É neste contexto que a Associação de Artesãos de Novo Airão – AANA emerge como uma das várias associações que buscam o “reconhecimento jurídico das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais (...) que envolve diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como: extrativismo, agricultura, pesca, caça, artesanato e pecuária” (ALMEIDA, 2006: 31). A AANA negocia com o IBAMA e IPAAM o reconhecimento jurídico da apropriação para uso coletivo e organiza a apropriação dos recursos naturais⁵ para a fabricação do artesanato, mediada por práticas de ajuda mútua de forma consensual.

⁵ Arumanzais de Terra Firme; Arumã Canela; Cipó Ambé; o Curauá; a Jacitara e o Tcumã. Para pintura a resina da Goiaba de Anta, o Urucum, Ingá Xixica, o Crajiru, a Castanheira, o Macucuí, o Cumati, Pacuá-catinnga, Tinntarana e Açafirão.

Objetivos e metas a serem alcançados:

Objetivo Geral:

Analisar as formas de atuação política dos povos amazônicos que vivem nas áreas rurais do município de Novo Airão – Amazonas – no que se refere às exigências atuais de preservação ambiental e de desenvolvimento sustentável.

Objetivo Específico:

1. Identificar as formas de associações locais das populações rurais amazônicas;
2. Identificar as ONGs e órgãos estatais que tratam diretamente com populações rurais no município de Novo Airão, AM;
3. Registrar os diferentes discursos acerca do tema sustentabilidade e meio ambiente,
4. Identificar as propostas das agências estudadas na pesquisa;
5. Compreender o processo de construção dos acordos estabelecidos entre as agências;
6. Analisar os conflitos que ocorrem a partir da implementação das políticas ambientais;
7. Quais as bases das Organizações comunitárias no município de Novo Airão;

Metas e atividades correspondentes		
OBJETIVOS	METAS	ATIVIDADES
Revisar a literatura sobre mundo rural amazônico, comunidades rurais, povos tradicionais, caboclos, ribeirinhos e demais temas e conceitos referentes a pesquisa.	a) mapear categorias pelas quais populações rurais do estado do Amazonas são classificadas; b) formação de biblioteca atualizada sobre o tema; c) formação de um banco de dados sobre bibliografia referente ao tema do projeto.	a.1. leitura e discussão de textos sobre o tema do projeto; a.2. elaboração de fichas de leitura; a.3. elaboração de textos b.1. elaboração de uma lista bibliográfica c.1. catalogação de bibliografia e fichas de leitura
Levantar a forma como os conceitos de comunidade, desenvolvimento sustentável e associativismo vêm sendo empregados em teses, dissertações e trabalhos acadêmicos;	a) mapear as formas de utilizaçãoêmica do conceito de comunidade; b) comparar as diferentes definições de comunidade em uso nos trabalhos acadêmicos sobre mundo rural amazônico.	a.1. leitura e discussão de textos sobre o tema do projeto; a.2. elaboração de fichas de leitura; a.3. elaboração de textos b.1. elaboração de uma lista bibliográfica
Descrever os processos sócio-	a) descrição dos processos sócio-	a.1. Pesquisa com observação participante;

históricos de constituição das associações de moradores e produtores como modo de organização social, política e espacial no mundo rural amazônico;	históricos de formação de comunidades rurais na Amazônia. b) descrição dos processos sócio-históricos de formação de associações de moradores e produtores rurais na Amazônia.	a.2. entrevistas.
Identificar o significado da participação política para os moradores de comunidades rurais;	a) mapear formas de atuação política;	a.1. Realização de pesquisa com observação participante com famílias de comunidades rurais do interior do estado do Amazonas.
Identificar os componentes que são considerados pelos nativos como fundamentais para participação política comunitária.	a) classificar os elementos que são listados como essenciais para a existência de associações rurais; b) acessar os saberes locais sobre participação política nas comunidades rurais pesquisadas;	a.1. Realização de pesquisa com observação participante e entrevistas com pessoas moradoras de comunidades no município de Novo Airão, e outras a serem definidos no decorrer da pesquisa.
Relacionar os usos êmicos e éticos do termo comunidade, associação de moradores, políticas de preservação ambientais.	a) produção de um quadro com as semelhanças e diferenças encontradas; b) produção de um texto narrativo sobre as relações entre as formas de atuação política.	a.1. Sistematização dos dados bibliográficos e de campo; a.2. elaboração de quadros comparativos; b.1. elaboração de artigo científico sobre as semelhanças e diferenças entre atuações políticas comunitárias.
Comparar os resultados das pesquisas de campo nas diferentes comunidades pesquisadas.	a) estabelecer parâmetros de comparação entre realidades diversas pesquisadas.	a.1. confecção de tabelas e quadros comparativos; a.2. elaboração textos comparativos.
Formar novos pesquisadores	a) preparação de alunos de graduação e pós-graduação para atuação profissional na área de antropologia social. b) aproximação dos pesquisadores com os grupos estudados; c) formação de jovens pesquisadores com experiência de campo.	a.1. leitura de etnografias sobre mundo rural amazônico; a.2. seminários de orientação em equipe. b.1. trabalho de campo com orientação de pesquisador sênior.

Metodologia a ser empregada:

Para se alcançar os objetivos de analisar formas de atuação política de povos amazônicos a pesquisa será desenvolvida em duas frentes, a primeira é a investigação empírica das relações que a associação AANA⁶ estabelece com o Estado e com ONGs. A seguir será levantado outras associações rurais no município, e detectada a forma como se relacionam com instituições governamentais ou não.

Na primeira etapa do projeto será realizado levantamento e revisão bibliográfica da produção sobre comunidades, mundo rural amazônico, associação de moradores e/ou produtores rurais na Amazônia e em outros contextos, para que seja possível estabelecer um quadro teórico comparativo. Nessa fase, será realizado o cadastramento e classificação dos dados coletados, com finalidade de elaborar um texto descritivo das formas como está sendo aplicado, definido e tratado os conceitos de desenvolvimento sustentável, associativismo e povos tradicionais.

A segunda etapa da pesquisa consiste em, através de trabalho de campo, buscar junto aos moradores das áreas rurais, compreender as relações estabelecidas entre as associações e as instituições governamentais e ONGs, com objetivo de compreender como se estabelece a noção de sustentabilidade entre os produtores rurais no Amazonas. Serão desenvolvidas pesquisas de campo no município de Novo Airão para se acessar os saberes locais sobre as associações comunitárias e suas relações políticas, seja com outros comunitários, com o estado ou ONGs.

Na constituição e desenvolvimento do projeto antropológico, o trabalho de campo assume um valor singular, tornando-se a principal forma de obtenção de dados. Como observa Cavalcanti (2003), o trabalho de campo constitui um rito de passagem disciplinar que associa a experiência subjetiva à reflexão teórica, expressando-se no modo etnográfico de narrar, estando no âmago do

⁶ A Associação de Artesãos de Novo Airão - AANA foi fundada em 1996 em parceria com a organização não-governamental Fundação Vitória Amazônica – FVA, através da reunião de famílias que já trabalhavam com a produção do artesanato de arumã. A produção do artesanato de fibras de arumã é familiar: maridos, esposas, filhos, filhas tecem as fibras vegetais. O artesanato de arumã assume grande importância econômica para todos os associados, as peças produzidas familiarmente, ou juntamente com os outros associados na sede no caso de grandes encomendas, são vendidas em feiras locais, regionais e nacionais.

ofício do antropólogo. Para a autora, a produção do conhecimento antropológico baseia-se num tripé: o campo, os conceitos da disciplina, a escrita etnográfica (SILVA, 1988). Esta parte da pesquisa consta de trabalho de campo a ser realizado a partir da observação participante e entrevistas. A observação participante propicia o encontro etnográfico que é a relação face-a-face do pesquisador com seus interlocutores, o momento em que, segundo Becker (1993), o pesquisador observa as pessoas para ver as situações com que elas se deparam no cotidiano e como se dá seu comportamento diante dessas situações, é também uma oportunidade de conversar com alguns ou todos os participantes da situação observada com o intuito de descobrir quais são suas interpretações a respeito do acontecimento. Neste caso, o pesquisador não precisa somente entrevistar formalmente os sujeitos, situações espontâneas de conversa também são importantes para obter informações e aproximar-se dos sujeitos a fim de efetivar a pesquisa.

As entrevistas serão realizadas com sujeitos das localidades previstas na pesquisa, de ambos os sexos e maiores de idade. O contato com os entrevistados será realizado diretamente com cada sujeito no seu local de trabalho ou moradia para combinar a realização da entrevista num lugar de sua conveniência. A seleção dos entrevistados será feita por meio da “rede de campo” do antropólogo que, segundo Silva (1998:22), é “o conjunto de relações sociais que o antropólogo estabelece com as pessoas pesquisadas e que permite a realização do trabalho etnográfico”, constituindo-se como uma estratégia de aproximação. Assim, o contato já estabelecidos com moradores das localidades fazem parte das relações pessoais dos pesquisadores e as negociações para a realização da pesquisa nos permitem iniciar essa rede que consiste na indicação de pessoas que possam ser contactadas para tornarem-se interlocutores.

Este tipo de abordagem metodológica, onde há a exigência da formação de uma rede de interlocutores, está fundamentada na confiança, e para isso requerem um período prolongado em campo. Assim, a solicitação de financiamento para esta pesquisa enfatiza os itens de custeio, principalmente passagens e diárias.

Serão feitas entrevistas abertas, cujo conteúdo será definido após a revisão bibliográfica. Aos entrevistados será feita, antes da entrevista, a

exposição dos objetivos da pesquisa, e a solicitação da assinatura de termo de livre consentimento. Além disso, o presente projeto será encaminhado ao comitê de ética para passar pela avaliação, estando sujeito às modificações indicadas pelo referido comitê.

As **principais contribuições científicas** ou tecnológicas da proposta são principalmente no sentido de dar subsídios baseados na pesquisa empírica para implementação de programas que promovam o desenvolvimento socioeconômico das populações rurais do Amazonas, para que sejam de alguma forma sustentável. Consideramos que esta pesquisa contribuirá de forma significativa para melhoria das relações entre as pessoas que residem em áreas rurais do município de Novo Airão e as instituições governamentais ou não que são responsáveis pelo desenvolvimento e implementação de políticas públicas de preservação ambiental e conservação da floresta amazônica.

Com relação à **colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área**, este projeto faz parte do NURA (Núcleo de Estudos Rurais e Ambientais – UFAM) que por sua vez, está incluído no eixo temático sobre povos tradicionais do recém aprovado, pelo CNPq, Instituto Brasil Plural, em que estão envolvidas diversas instituições de ensino e pesquisa e conta com a colaboração de pesquisadores da UFSC, UFAM, UDESC e UNISUL.

Para o desenvolvimento do projeto contamos com a **infra-estrutura** e o apoio técnico do PPGAS-UFAM e do Departamento de Antropologia da UFAM, com seus laboratórios e salas de professores.

Identificação dos demais participantes do projeto

Nome		
Raquel Wiggers	Professora	Coordenadora
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino	Professora	Pesquisadora
Raiana Ferrugem Mendes	Aluna Mestrado	Pesquisadora
Luana Rodrigues	Aluna Mestrado	Pesquisadora
Luciano Felipe Braga	Aluno Graduação	Pesquisador

Orçamento

Orçamento

			Valor (R\$)
Custeio	Material de consumo		600,00
	Serviço de terceiros		2.500,00
	Passagens e diárias		9.515,84
Capital	Material bibliográfico		2.000,00
	Equipamento permanente		5.374,90
		Total:	R\$ 19.990,74

Capital: Lista dos Equipamentos permanentes e Material Bibliográfico

Qtd	Descrição	Valor unitário R\$	Total R\$
01	Computador - Notebook Pentium IV, Processador 1.83 GHZ, Memória 1028 DDR2, HD 100GB, Tela de 15,4", DVD Dual (Double Layer). Com mouse externo, web cam, antivírus, sistema operacional, editor de texto e planilha de cálculo. (configuração mínima)	R\$ 3.657,00	R\$ 3.600,00
02	MP4/MP3 - Pen Drive 8Gb - FM, Gravador de Voz	R\$ 383,45	R\$ 766,90
01	No Break SMS FX Net Winner 700VA/ SFX	R\$ 250,00	R\$ 250,00
01	Impressora a laser	R\$ 758,00	R\$ 758,00
50	Livros (Títulos a serem definidos no decorrer da pesquisa)	R\$ 40,00	R\$ 2.000,00
		TOTAL	R\$ 7.374,90

Custeio: Lista de Material de consumo

Qtd	Descrição	Valor unitário R\$	Total R\$
02	Cartuchos para Impressora a Lazer	R\$ 300,00	R\$ 600,00
		TOTAL	R\$ 600,00

Custeio: Serviços de terceiros

15	Aluguel de barco	R\$ 100,00	R\$ 1.500,00
20	Transcrição de entrevistas gravadas	R\$ 50,00	R\$ 1.000,00
		TOTAL	R\$ 2.500,00

Custeio: Passagens e diárias

Qtd	Descrição	Valor unitário R\$	Total R\$
10	Passagens Terrestres (Manaus - Novo Airão; Novo Airão – Manaus)	R\$ 50,00	R\$ 500,00
48	Diárias nacionais	R\$187,83	R\$ 9.015,84
		TOTAL	R\$ 9.515,84

Cronograma

Meses	
-------	--

Meta/ Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Revisão bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X												
Leitura, fichamento e discussão de textos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X												
Orientação de alunos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Trabalho de campo e biblioteca	X	X				X	X			X	X					X	X							
Apresentação comunicações científicas													X											X
Redação de artigos											X	X	X										X	X
Organização/m anutenção de banco de dados	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Redação de relatório parcial										X	X	X												
Redação de relatório final																						X	X	X

Cronograma físico-financeiro:

Compras e pagamentos	Meses																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Equipamentos permanentes e Material Bibliográfico	X	X																						
Cartuchos para Impressora a Lazer						X																		
Aluguel de barco	X	X				X	X			X	X					X	X							
Transcrição de entrevistas gravadas								X				X						X						
Passagens Terrestres	X	X				X	X			X	X					X	X							
Diárias nacionais	X	X				X	X			X	X					X	X							

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. *Terras tradicionalmente ocupadas*: Manaus, PPGSCA-UFAM, 2006.

ARRUDA, Rinaldo. *Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação*. In: *Ambiente & Sociedade*, nº 5, 1999.

BARRETO FILHO, Henyo T. *Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção*. In: *Sociedades Caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2006

CARDOSO, Ruth C. L. *Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método*. In: *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 4ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CARTILHA da Fundação Vitória Amazônica. *Manejo do Arumã no Baixo Rio Negro: uso tradicional de um produto florestal não madeireiro no artesanato de fibras vegetais*. Manaus, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 2001.

FASCÍCULO do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. *Mulheres do arumã do Baixo Rio Negro*. Amazonas, nº12. 2006

LEITE LOPES, José Sérgio. *Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação*. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 31-64, jan./jun. 2006

LINS RIBEIRO, Gustavo. *Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento*. In: *Série Antropologia*, nº 123. Brasília: UnB: Flacso.1992

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. In: *Série Antropologia*, nº 322. Brasília: UnB. 2002

MENEZES, Elieyd Sousa de. *Conflito sócio-ambiental: Unidades de Conservação, Marinha e Ribeirinhos em Novo Airão/ AM*. Relatório Parcial do Projeto de Iniciação Científica - PIBIC apresentado ao Departamento de Apoio à Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. 2008.

QUINJANO, Aníbal. *Sistemas alternativos de produção?* In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002, p: 477- 512